



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JÚLIA SALES DE FRANÇA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO
ENSINO FUNDAMENTAL II: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO**

Recife
2022

JÚLIA SALES DE FRANÇA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO
ENSINO FUNDAMENTAL II: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Priscila Batista Vasconcelos

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

França, Júlia Sales de.

As relações étnico-raciais nos livros didáticos de Geografia no Ensino Fundamental II: a representação do negro / Júlia Sales de França. - Recife, 2022. 52 p. : il., tab.

Orientador(a): Priscila Batista Vasconcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2022.

Inclui referências.

1. Livro didático. 2. Relações étnico-raciais. 3. Ensino de Geografia. 4. Representação do negro. I. Vasconcelos, Priscila Batista. (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

JÚLIA SALES DE FRANÇA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO
ENSINO FUNDAMENTAL II: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Geografia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Geografia.

Aprovado em: 04/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



PRISCILA BATISTA VASCONCELOS

Data: 02/05/2023 10:31:00-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Priscila Batista Vasconcelos (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Talitha Lucena de Vasconcelos (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Me. Larissa Lima de Souza (Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu a vida e me dá todos os dias a oportunidade de ser uma pessoa melhor e fazer o bem, do meu despertar ao meu adormecer.

À toda minha família, meus irmãos, tios, tias, primos e padrinhos, e em especial a minha mãe, Luciene, sem ela eu não seria nada. A realização deste trabalho é a continuação de um sonho de “mainha” e de todo meu núcleo familiar. Sem o incentivo desse núcleo, e em especial de minha mãe, nada existiria. Vai ser sempre por vocês!

Aos meus amigos mais que especiais com quem compartilho meu amor pela Geografia: Ivanna, Thyago, Elisa, Lucas, Rafaela, Sara e Rebeka; que estiveram ao meu lado durante a graduação, viajando, sorrindo e compreendendo a Geografia e a vida através do afeto e do amor. Nenhuma aula ou nenhuma aula de campo seria a mesma sem vocês. Com a Geografia aprendi o conceito de lugar; lugar é qualquer espaço em que a gente crie laços independente do tempo ou distância e vocês serão para sempre o meu lugar. À vocês o meu obrigado por me permitirem conhecê-los e verdadeiramente tê-los como meus amigos.

Às minhas antigas e queridas amigas: Ályda, Eliane e Elizandra; com quem nutro laços há mais de uma década e onde me sinto em casa. Enxergo os amigos como a família que podemos escolher e afirmo com certeza que não existiria uma família melhor para ser escolhida que não essa com vocês. Obrigada por serem meu porto em dias de tempestade, meu colo em dias de tristeza e a luz da minha vida que me enche de alegria.

À professora e orientadora Priscila Vasconcelos, cuja orientação e suporte foram de extrema importância para a realização deste trabalho. Assim como, a todos os professores do Departamento de Ciências Geográficas que me atravessaram com seus conhecimentos durante a graduação e ajudaram a me tornar a professora que sou hoje. Muito obrigada!

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a realização e finalização deste trabalho.

A UFPE por muito tempo foi um sonho dessa jovem negra do subúrbio, chegar até aqui é a esperança que posso (e vou) voar ainda mais alto.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar como são feitas as representações das populações negras nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, a partir das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, pontuando as deficiências existentes neste material didático, que é de grande importância no ambiente escolar e que pode ser uma ferramenta significativa para a valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena através do ensino de geografia. Dessa forma, contextualizando as leis no ensino de geografia, foi feita uma análise imagética do conteúdo presente nos livros didáticos, examinando quatro livros do sexto ao nono ano da Coleção Trilhas da Editora FTD. A partir da bibliografia utilizada neste trabalho, percebeu-se que a população negra quase sempre aparece representada de forma negativa nesse material, questão apontada pela Lei 10.639/03 e que ainda carece de algumas modificações. Entretanto, após a análise dos livros didáticos em estudo, também foi possível perceber algumas pequenas mudanças na representação da imagem do negro. Sendo assim, é importante que os professores de geografia afastem-se dos estereótipos eurocêntricos presentes no conteúdo escolar e na própria geografia repassando as diversas visões do continente africano e sua diáspora, principalmente no Brasil. Através do ensino de geografia aliado ao ensino das relações étnico-raciais, um conteúdo que valorize as culturas afro-brasileira e indígena, relacionado a projetos pedagógicos, pode propagar ideias antirracistas que promovam a multiplicidade e a igualdade racial.

Palavras-chave: Livro Didático; Relações Étnico-raciais; Ensino de Geografia

ABSTRACT

The present work seeks to present how representations of black populations are made in Geography textbooks for Elementary School II, based on Federal Laws 10.639/03 and 11.645/08, pointing out the deficiencies existing in this didactic material, which is of great importance in the school environment and that can be a significant tool for the appreciation of Afro-Brazilian, African and indigenous cultures through the teaching of geography. Thus, contextualizing the laws in the teaching of geography, an image analysis of the content present in textbooks was carried out, examining four books from the sixth to the ninth grade of the Coleção Trilhas by Editora FTD. From the bibliography used in this work, it was noticed that the black population almost always appears negatively represented in this material, an issue pointed out by Law 10.639/03 and which still needs some modifications. However, after analyzing the textbooks under study, it was also possible to perceive some small changes in the representation of the black image. Therefore, it is important that geography teachers move away from the Eurocentric stereotypes present in school content and in geography itself, reviewing the different views of the African continent and its diaspora, mainly in Brazil. Through the teaching of geography combined with the teaching of ethnic-racial relations, content that values Afro-Brazilian and indigenous cultures, related to pedagogical projects, can spread anti-racist ideas that promote multiplicity and racial equality.

Keywords: Textbook; Ethnic-Racial Relations; Teaching Geography.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 E O CONTEÚDO GEOGRÁFICO NOS LIVROS DIDÁTICOS | 13 |
| 2.1 | Política de Formação Inicial e Continuada e a Política de Materiais Didáticos e Paradidáticos | 16 |
| 2.2 | O conteúdo geográfico nos livros didáticos a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08 | 20 |
| 2.3 | Educação das Relações Étnico-raciais na Geografia | 23 |
| 3 | A PRESENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA | 26 |
| 3.1 | Livro Didático de Geografia Coleção “Trilhas” - 6º ano | 28 |
| 3.2 | Livro Didático de Geografia Coleção “Trilhas” - 7º ano | 32 |
| 3.3 | Livro Didático de Geografia Coleção “Trilhas” - 8º ano | 37 |
| 3.4 | Livro Didático de Geografia Coleção “Trilhas” - 9º ano | 42 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| | REFERÊNCIAS | 49 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática racial me é despertado ainda no colégio, no ensino médio, quando por infelicidade do destino sofro um episódio racista dentro de uma instituição. Sempre fui atravessada por atos como esse, mas dentro da escola é ainda mais perturbador, quando espera-se que esse seja um lugar de acolhimento. Mais tarde, através de leituras bibliográficas e de uma maior aproximação com a área da educação, despertei um interesse pela questão étnico-racial no âmbito educacional, tornando-se assim, objeto de estudo neste trabalho final de conclusão de curso de Licenciatura em Geografia.

É importante refletir novas possibilidades de práticas educativas sobre as relações étnico-raciais no ensino de geografia. Na atualidade, a discussão sobre o programa vem ganhando novos pontos de vista no âmbito educacional, sobretudo devido às propostas curriculares dirigidas às escolas, que apresentam modificações nas configurações dos currículos da Educação Básica, assim tornando as questões curriculares como centro dos debates relativos às políticas educacionais (MARTINS; PUREZA, 2020). Algumas questões levantadas junto a tais reconfigurações buscam a discussão envolvendo a questão de negros/as e indígenas na esfera brasileira, entre outros grupos presentes no espaço da sociedade.

Desde a colonização do país, a escola tem sido um meio para a manutenção de uma ideologia sócio-político-econômica que mantém uma configuração de sociedade conservadora e individualista, que utiliza dos livros didáticos para perpetuar preconceitos e apagamentos de alguns grupos étnicos, grupos esses, que foram fundamentais na construção e formação geográfica e histórica da nossa sociedade.

O livro didático é a ferramenta mais utilizada pelos professores nas escolas, tanto públicas quanto particulares, e geralmente o único recurso pedagógico disponível para os educadores utilizarem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos no ensino de geografia, dessa forma, torna-se fundamental ter esse cuidado com esse recurso didático, desse modo, fazendo-se necessário que este material possua conteúdo positivo relativo às questões étnico-raciais.

Nos livros didáticos, a sociedade e suas relações, na maior parte das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média, apagando a presença do negro/a, indígena e da mulher, como alega Silva (2005), “a mulher, o negro, os

povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência”. Compreendendo o ensino de Geografia como um ensino reflexivo, pode-se criar componentes para a desconstrução dos estereótipos negativos a essa parcela da sociedade e com isso orientar os alunos a entenderem as complexidades das diversas visões de mundo.

Depois de anos de reivindicações do Movimento Negro, ocorreu a aprovação da Lei Federal 10.639/03 que instituiu as Diretrizes Curriculares para o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira. Na mesma década, a partir das pressões do Movimento Indígena, em março de 2008 entrou em vigor a Lei Federal 11.645/08, tornando assim obrigatório o ensino de história e cultura africana, afrobrasileira e indígena. Ainda assim, as instituições tiveram como incertas tais leis, muito pela falta de formação dos professores nesta temática e a carência de materiais didáticos em que esse conteúdo fosse abordado. Todavia, depois da concretização das Leis,

os conteúdos programáticos devem incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação do país e da população brasileira, tais como: o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, as culturas negras e indígenas. Espera-se que, com essas revisões, possamos pluralizar a história brasileira e dar o devido valor às contribuições de diferentes grupos para as áreas social, econômica, cultural e política. (BARBOSA, 2011, p. 12)

Este tema é importante ainda para analisar, como as relações étnico-raciais são representadas nos livros didáticos após a implementação da Lei no nosso sistema educacional brasileiro. Como diz Gomes (2011) “faz-se necessário mais do que o reconhecimento da ação dos(as) africanos(as) escravizados e dos negros e negras brasileiros como sujeitos históricos e sociais e a inclusão desse debate nos processos e práticas de formação docente”, logo, tais legislações não podem ser explicadas apenas como resposta do Estado às reivindicações dos movimentos sociais, mas principalmente, como elemento do cotidiano escolar.

É importante que ocorra uma avaliação dos livros didáticos para que se certifique que as questões étnico-raciais estão sequer sendo representadas, de forma a buscar um ensino de qualidade nas instituições com bibliografias que possam agregar ao processo de ensino e aprendizagem de acordo com a vivência dos professores, alunos e da própria instituição.

Para além dos livros didáticos, os professores de Geografia devem também atentar-se em relação ao conteúdo relacionado às relações étnico-raciais, ou seja, é importante que os educadores estejam dispostos a desconstruir a reprodução de

ideias e imagens que venham a ser retratadas nos livros didáticos, assim como, preparar-se com os conteúdos pertinentes para que seja possível também transmitir essa temática aos alunos.

É importante ressaltar que aqui não há uma invalidação do livro didático de Geografia, mas sim, uma análise e verificação dos conteúdos de acordo com a determinação da Lei 10.639/03 que busca uma equidade racial também na educação brasileira. É relevante gerar discussões e práticas somadas à utilização do livro didático que contempla a História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena nas classes.

Esta monografia tem como objetivo geral analisar a abordagem étnico-racial nos livros didáticos no ensino fundamental II, a partir da série Trilhas do Conhecimento da editora FTD. Tendo como objetivos específicos: a) Identificar como é retratada a população negra nos livros didáticos; b) Descrever como a falta de representatividade, ainda na escola através dos livros, - estes que, geralmente, apresentam apenas uma ótica de produção de material educacional eurocentrada - podem ser um dos agentes do racismo ainda que nos anos iniciais escolares.

De acordo com Marques e Calderoni (2016) as leis 10.639/03 e 11.645/08 retratam um avanço no que se refere às questões das relações étnico-raciais para a Educação Básica no Brasil. Por meio das referidas leis, possibilitaram-se ou conceberam-se oportunidades de ocorrer a problematização da temática nos currículos das escolas. Diante disso, os conteúdos tornam-se obrigatórios nos currículos da Educação Básica destacando a relevância da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena na formação dos discentes.

Embora a Lei Federal esteja voltada para a inclusão da temática nos currículos das escolas públicas, existem ainda outros itens a serem implementados. Todavia, em estudos passados, Souza (2009), ratifica que as diretrizes apontam três concepções para orientar, de forma geral, as ações dos sistemas de ensino e dos professores. São elas, “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidade e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e discriminação”.

Apesar disso, Muller (2009), acredita que em relação ao racismo e discriminação a dificuldade para tratar do tema ainda é maior, pois, há um despreparo por parte dos professores que atuam no âmbito educacional. Onde “os estudos enfatizam o despreparo dos professores, e de demais profissionais da educação, para trabalhar, do ponto de vista pedagógico,

com situações de racismo declarado que ocorrem frequentemente no cotidiano escolar”. (MARTINS; PUREZA, 2020)

O ensino de Geografia é a área do conhecimento comprometida em tornar o mundo e suas dinâmicas nítidas aos estudantes, dar justificativas para as mudanças territoriais e indicar respostas e reflexões para uma organização espacial, sendo assim, a Geografia é uma disciplina fundamental na “formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial”. (ANJOS, 2005). Dessa forma, consideramos ser importante pensarmos essa ciência ao assumir grande importância dentro da temática da multiculturalidade no processo de ensino, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço.

A metodologia utilizada para a pesquisa propõe uma análise de cunho qualitativo da Coleção Trilhas, organizada pela Editora FTD. A Congregação dos Irmãos Maristas, como ficou conhecida a Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria, fundada em 1817 na França, pelo Padre Marcelino Champagnat, chegou ao Brasil em 1897, fundando diversos colégios, faculdades e universidades. Dentre essas criações está a Editora FTD, fundada no Brasil em 1902. As iniciais da Editora são uma homenagem a Frère Théophile Durand, Superior Geral da Congregação Marista entre os anos de 1883 e 1907. Durante sua gestão, estimulou a produção de obras didáticas para todas as disciplinas e imprimiu sua marca na editora quando investiu na profissionalização dos Maristas como educadores e expandiu seu trabalho. Os procedimentos metodológicos utilizados na construção da presente pesquisa serão: Utilizar-se da técnica de pesquisa e análise de conteúdo nos livros didáticos; análise documental para os levantamentos bibliográficos referentes ao tema; e sistematização das informações da análise.

O trabalho será dividido em dois capítulos, o primeiro intitulado: “Contextualização das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e o conteúdo geográfico nos livros didáticos”, será exposta uma contextualização das Leis tendo como foco a obrigatoriedade da Lei no que diz respeito ao ensino da história e cultura afro brasileira, destacando também, a Política de Formação Inicial e Continuada e a Política de Materiais Didáticos e Paradidáticos. Será apresentado ainda, como ocorreu a aplicação das Leis nos livros didáticos, o conteúdo étnico-racial presente no objeto de estudo, assim como, alguns autores que já analisaram livros didáticos,

provando assim a importância desse instrumento para a educação, assim como, a educação das relações-étnico raciais a partir do ensino de Geografia.

No segundo capítulo, intitulado: “A presença dos grupos étnico-raciais nos livros didáticos de Geografia”, há uma análise do conteúdo pertinente à temática nos objetos alvos do estudo, buscando compreender como são abordados os conteúdos referentes à cultura afrobrasileira, e quando ocorrem, se de maneira coerente ou apenas de forma superficial. Dessa forma, busca-se compreender se há uma invisibilização que resultaria em pouca ou nenhuma compreensão dos conteúdos étnico-raciais por parte dos alunos, assim como a não-valorização dessa cultura na sociedade. Em sua monografia, Ana Oliveira apresenta um conceito de análise, aqui utilizado, que divide as imagens e conteúdos relacionados à pessoas negras e brancas buscando fazer um comparativo sobre a ótica de como podem ser vistos tais indivíduos, são eles: pessoas negras em situação positiva ou negativa; pessoas brancas em situação positiva ou negativa; e paisagens do continente africano (OLIVEIRA, 2019).

É importante ressaltar, que no presente trabalho apenas serão apontadas as representações da população negra, buscando dar uma maior visibilidade a esse grupo étnico e não invisibilizar a população indígena brasileira igualmente importante na aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Outro fator importante, é que tais livros fazem parte da rede de ensino de escolas privadas, o que pode ocasionar uma mudança de abordagem de conteúdo em relação aos livros usados em escolas públicas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

As lutas antirracistas dos Movimentos Sociais Negros no Brasil, advém de muitos anos, especificamente desde o período da escravidão, quando, a fim de se defenderem das violências e desrespeitos cometidos pelos senhores, os negros escravizados uniram-se buscando formas de resistência. Ao decorrer dos anos, o movimento negro expandiu-se e foi responsável por muitos feitos desse corpo social, que por anos foi rebaixado e cujos reflexos das políticas escravocratas ainda são vistas em nossa sociedade atualmente.

A datar do início do século XX, o Movimento Negro Brasileiro briga para que as questões raciais sejam tratadas no sistema educacional debatendo as relações étnico-raciais, relevantes para a formação da cidadania, e que caminham progressivamente para o fim do racismo no país. Atendendo a reivindicações feitas pelos movimentos sociais negros, na década de 90, o governo brasileiro passou a fiscalizar os livros didáticos eliminando conteúdos em que os negros eram expostos com características negativas. A partir de tais reivindicações, o governo compreendeu a necessidade da incorporação das disciplinas História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano nos ensinos Fundamental e Médio.

Fruto desses feitos e com o Estado admitindo as desigualdades e discriminações raciais contra a população negra brasileira, e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil (SANTOS, 2005, p.32), são concebidas e aprovadas as Leis 10.639/03 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira" dentro das disciplinas que compõem as grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, além de estabelecer, o dia 20 de novembro como o "Dia da Consciência Negra" no calendário escolar; e 11.645/03, de 2008, que vem como uma ampliação da Lei 10.639/03 de 2003, incluindo dentro da temática obrigatória, o ensino da "História e Cultura Indígena".

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passou a vigorar os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Com a alteração da Lei, em 2008, que incluiu também a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Indígena”. A Lei 9.394/1996 passa a vigorar os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 003/2004 (BRASIL, 2004) implementou as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, buscando responder às medidas declaradas na Indicação CNE/CP 6/2002, assim como reger a modificação feita à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desse modo, espera-se efetivar o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garantem o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, e asseguram o direito às histórias e culturas que abarcam a nação brasileira, além de proporcionar o direito de acesso às diversas fontes da cultura nacional aos brasileiros.

A educação “afro-indígena brasileira” concerne ao estudo das raízes da cultura brasileira com origem africana e indígena, tendo por finalidade compor os

currículos escolares de todos os graus de ensino, reconhecendo igualmente a identidade étnico-histórico-cultural dos diversos grupos que formam o povo brasileiro. A Educação das Relações Étnico-Raciais também são estabelecidas no documento das:

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b), estabelecem a educação das relações étnico-raciais, como um núcleo dos projetos políticos-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão. (SILVA, 2007, p. 490)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) expressam que a educação das relações étnico-raciais deve promover conexão entre brancos, negros e indígenas com os mesmos saberes para que se conceba uma comunidade com respeito à pluralidade.

Após quase 20 anos da promulgação da primeira lei, as dificuldades para a execução ainda continuam quase que idênticos aos do século passado. Mas, é evidente que houveram avanços na formação básica, principalmente as que acontecem nas universidades e formações continuadas, que consiste na formação complementar, considerada pela LDB um direito para os profissionais que instruem em qualquer organização de ensino. Conforme o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana, de acordo com as leis aqui descritas, destinadas às instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, dois eixos centrais estão previstos para que haja a descontinuidade do conservadorismo e concretização de um currículo multicultural: o primeiro eixo é a Política de Formação Inicial e Continuada e o segundo é a Política de Materiais Didáticos e Paradidáticos.

2.1 POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A POLÍTICA DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS

Refletir sobre a formação de professores, seja inicial ou continuada, implica aprofundar as políticas educacionais voltadas a essa formação. Essas políticas trazem consequências tanto na formação docente quanto na prática pedagógica do professor na Educação Básica. As políticas de formação de professores surgem de questões educacionais, sociais e, sobretudo, econômicas, de acordo com Amaral, Kehler e Ferreira (2012, p. 263), “As políticas educacionais, normalmente, referem-se a questões que não são estabelecidas a partir do contexto imediato, mas resultados de um processo histórico que abrange aspectos políticos, sociais, econômicos”. Avaliando as políticas deste início de século focadas na formação de professores, há o Decreto nº 6.755/2009 que elabora a “Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências”. Esse sistema convoca a participação da CAPES na supervisão dos cursos de formação inicial e continuada de professores, estabelecendo suas atribuições com a formação dos docentes no artigo 11. Tal feito, resume-se ao discurso que apela à qualidade da formação de professores, já que as práticas de formação permeadas por discursos progressistas continuam, “etéreas e vacilantes” segundo Imbernón (2009, p. 44).

Perante ao aumento da necessidade da formação continuada, o caminho talvez esteja em repensar a formação inicial dos professores. Alguns estudos sobre as políticas de formação inicial e continuada de professores e as contribuições dos formadores, são espelhos da complexidade e diversidade de formação do professor, inicial ou continuada. Tais estudos, apontam também, que o investimento feito pelo poder público é notável, mas que ainda funciona em um cenário de mais de 735 mil professores sem a formação exigida pela LDB de 1996. Além disso, é necessário considerarmos ainda a qualidade dessa formação, já que nos últimos anos presenciamos o aumento de cursos de licenciaturas, alguns inclusive à distância, em que a qualidade aparenta não ser considerada, e que não vão além de “treinamentos” que não atendem às mudanças e

transformações que passam as instituições.

Um importante recurso que auxilia os professores tanto no processo de formação quanto na prática são os materiais didáticos e paradidáticos. Esses materiais apresentam diversos aspectos, sendo uma produção cultural e, ao mesmo tempo, uma mercadoria, devendo, portanto, atender a um mercado específico. É uma produção que leva o nome de um ou mais autores, mas tem por trás todo um grupo de pessoas em seu tratamento industrial antes de chegar às instituições e livrarias. Como artigo, as editoras prezam por sua venda, e é preciso considerar que o grande cliente do livro didático é o próprio Governo Federal. Por isso, há um empenho das editoras no processo de fabricação desses livros, para que sejam bem avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) – do contrário, o governo não vai comprá-los. Os debates referentes às políticas do livro didático começam ainda no governo Washington Luís (1926 - 1930), com a criação de um órgão para estabelecer as políticas do livro didático, que foi chamado Instituto Nacional do Livro (INL). Essa organização contribuiu para uma maior validação do livro didático nacional, em consequência, favoreceu o aumento de sua produção (OLIVEIRA;GUIMARÃES, 1984), no entanto, apenas a partir de 1934 que o livro, enquanto material didático oferecido gratuitamente, finca-se na agenda das políticas públicas (CURY, 2009).

Durante o governo de Getúlio Vargas, em 1938, foi criado o decreto Lei 1.006/386 (BRASIL, 1938), que além da definição do livro didático também cria a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que seguia a lógica do Estado daquele período e possuía um controle político ideológico com suas prerrogativas envolvendo a estipulação de regras para a produção,

compra e utilização do livro didático (BATISTA, 2004). É possível afirmar, com relação ao papel do Estado e em relação à política educacional nesta época, que:

A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas (FREITAG, op. cit, p.52)

Em 1945 com o fim do Estado Novo, a reabertura política e a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação, dois decretos sobre o livro didático foram sancionados: o decreto nº 8.222, de 26 de novembro de 1945 (BRASIL, 1945) que alterava o processo de aprovação de livros didáticos e o decreto lei nº 8.460, que reformulou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. A partir do decreto nº 8.460 foram ampliadas as funções da Comissão Nacional do Livro Didático, concentrando-as na esfera federal, o poder de legislar sobre o livro didático. Dessa forma, mantendo o controle das obras didáticas pelo Estado, monopólio de editoras na produção dos livros, o que reflete em poucos avanços relacionados ao desenvolvimento de uma educação de qualidade e democrática (HOFLING, 2000).

Já na década de 80, os paradidáticos foram se tornando mais presentes nas escolas, tradicionalmente sendo mais utilizados pelos professores de Língua Portuguesa, seguido das demais áreas. Em outras disciplinas, sua utilização é bem menos frequente, ainda assim, grande parte das bibliotecas tem prateleiras reservadas a estes livros. O termo paradidático surge em meados da década de 70, momento em que se intensificou a produção editorial brasileira voltada para o uso escolar, conforme apontam os estudos de Rangel (2014). Diferente dos livros didáticos, esses produtos começaram a ser organizados em coleções seriadas e utilizadas na leitura cotidiana. Por não tratarem de um conteúdo específico de uma série diferenciam-se do livro didático, tornando-os assim, um auxílio para a sala de aula nos diversos níveis de ensino. Os livros não tem o intuito de substituir, mas abordar temáticas que, em muitos casos, os materiais didáticos não contemplam. Além disso, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e orientou a discussão sobre os temas transversais, a fabricação dos materiais paradidáticos cresceu de forma significativa nas editoras brasileiras abordando nas próprias obras ideias de Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade.

No decorrer dos últimos anos, alguns estudos surgiram no campo da Educação buscando reconhecer as potencialidades dos materiais paradidáticos em sala de aula que desenrolam-se pela intencionalidade do material, aderência aos conteúdos da grade curricular, metodologias para o trabalho, modos de leitura e parâmetros para a seleção de obras. Esses materiais nasceram como forma de

possibilita a prática docente a fim de que seja possível desenvolver não somente a capacidade leitora em sala de aula, mas a compreensão de períodos e contextos históricos. O surgimento dos materiais paradidáticos se estabeleceu a partir das demandas de se pensar em literaturas que fossem apropriadas para o ambiente escolar.

Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagem mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas [...] (LAGUNA, 2001, p. 48)

A leitura paradidática apresenta o objetivo de despertar o prazer do estudante pelo ato de ler. É uma fonte inesgotável de apropriação de conhecimentos, acúmulo de bens para a formação cidadã do sujeito e sua completa realização social. Além disso, auxilia no processo de ensino-aprendizagem, funcionando como um material complementar.

Na Geografia, as representações gráficas e cartográficas são de grande importância no desenvolvimento de conhecimento dos estudantes como de lugares distantes, principalmente na atualidade, com o processo de globalização em curso. Segundo Schaffer (1999, p.133), “o uso do livro didático está associado a uma função social e pedagógica relevante: a construção do conhecimento através do trabalho com o texto impresso, o que permite a ampliação deste universo de conhecimento”.

2.2 O CONTEÚDO GEOGRÁFICO NOS LIVROS DIDÁTICOS A PARTIR DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

Na rotina escolar, o livro didático é classificado como um material tradicional e tido como um dos poucos dispositivos de ensino e aprendizagem usados pelos professores no ambiente escolar que podem melhorar a qualidade da educação. O livro é o principal artifício educacional usado para a formação do aluno de modo a difundir conhecimento e construir ideias, dessa forma, o livro didático deve compreender recursos interessantes que atraiam a curiosidade do aluno e incentive os estudos.

O livro didático de geografia tem uma grande importância para o aprendizado do aluno, pois torna-o um cidadão crítico e atuante na sociedade, entendendo as diferenças existentes no mundo e evitando reproduzir o racismo e o preconceito de gênero. Em vista disso, há a necessidade de escolha do livro didático que siga os devidos critérios de avaliação para que seja formado uma sociedade antirracista, justa e igualitária. Mas, Silva e Sampaio (2014), em uma pesquisa a respeito da diversidade étnica no livro didático, apontam outra realidade, expondo um conteúdo muito vago, com informações escassas e poucas atividades. As autoras salientaram a importância do professor utilizar outros materiais didáticos que tratem a temática juntamente com o livro, dessa forma, seria possível abandonar os velhos padrões e promover a diversidade cultural. As coleções de geografia tendem a ser atualizadas com novas informações, inovações de conceitos geográficos e com conteúdos pertinentes e explícitos ligados ao cotidiano dos alunos. Desse modo também, é grande a importância do processo de avaliação e a escolha dos professores por materiais paradidáticos com a vivência cotidiana e questões geográficas atualizadas, capazes de inserir conteúdos que contemplem as Leis 10.639/03 e 11645/08.

A geografia apresenta-se como uma ciência estratégica e posicional que estuda a relação entre a natureza e a sociedade para entendermos e nos posicionarmos frente à realidade do mundo, a partir de ponderações que contribuem para um pensamento crítico quanto às desigualdades e discriminações raciais. Antes da aplicação das leis no currículo escolar, era possível encontrar demonstrações explícitas de preconceito racial. A população negra era

mencionada, contudo apareciam de maneira inferiorizada e com tratamento desigual principalmente em relação aos europeus. É necessário reformular as práticas de ensino e descolonizar o currículo, de modo que as relações étnico-raciais sejam inseridas na rotina escolar. Para tal propósito se faz importante uma formação de professores capazes de repensar com olhar mais crítico os costumes que são deturpados nos currículos.

Ferracini (2010), pesquisando sobre o continente africano no Livro Didático de Geografia, afirma que o conteúdo sobre a África foi e é tratado nos Livros Didáticos com um enfoque de dominação territorial de caráter imperialista. De acordo com o autor, a África pode ser analisada em cinco momentos temporais nos Livros de Geografia a serem verificados quanto a sua abordagem: no primeiro momento, de 1890 a 1930, aparece o conceito de região a partir da política europeia com o teor colonialista quanto a divisão física e política; no segundo, denominado “vanguardista” (1930-1954), possui traços da territorialidade europeia, tendo a África como ‘O Mundo Britânico’ e os países europeus com o poder do continente africano, sendo suprimidos uma Geografia de disputas e conflitos em solo africano pelas potências europeias em prol do continente africano; no terceiro momento, de 1954 até 1961, o continente africano continua sem alteração em relação aos debates teórico-metodológicos com o surgimento de novos Estados Africanos tendo uma outra forma de dependência; no quarto momento de 1964 e 1988, apresenta o continente africano no conjunto dos países subdesenvolvidos e com traços da ONU destacando o continente como “Velho Mundo”; já no período quinto e último momento, denominado contemporâneo (1988 até 2004), o continente africano já aparece com temas do cotidiano como a África branca e negra, apartheid e os conflitos étnicos. A temática da África é introduzida nos Parâmetros Curriculares Nacional de Geografia com a relação de território e poder e a colonização europeia, desse modo, é importante um diálogo e conhecimento de diversas áreas para reforçar a temática em salas de aula.

Compete ao professor de Geografia desconstruir a imagem dos povos indígenas e afrobrasileiros demonstrados no livro didático, pois a disciplina é capaz de contribuir para a formação cidadã do aluno, ampliando a visão de mundo, necessária para descolonizar o conhecimento racista que é imposto pela sociedade. Isto posto, o professor necessita de conhecimento, passando por uma formação continuada para tratar a temática e inserir de forma prioritária no

conteúdo programático de Geografia, dessa maneira, conseguirá obter um debate analítico sobre o racismo na escola e na sociedade.

2.3 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA GEOGRAFIA

Educar para as relações étnico-raciais trata de “ensinos e de aprendizagens, trata de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”. (SILVA, 2007). A educação das relações étnico-raciais, é introduzida no ambiente escolar buscando propor novos costumes e hábitos para a sociedade, desde a escola, que combatam a discriminação e o preconceito racial para que sejam formados novos cidadãos críticos com pensamentos antirracistas que aspiram por uma sociedade mais igualitária racialmente e que prezam pelo respeito às diferenças. Assim, a educação deve ser conduzida, tendo-se como referências os princípios de “consciência política e história da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”. (SILVA, 2007, p. 490-491). Partindo de uma ótica de produção de material educacional eurocêntrico, a máquina pedagógica perpetua uma ideologia sócio- política-econômica que conserva padrões egocêntricos, utilizando-se dos livros didáticos como canais para a propagação da exclusão da população negra e indígena brasileira, população essa que foi o componente principal para a formação geográfica e histórica do país em sua formação. A educação das relações étnico-raciais tem definida como objetivo pelo Parecer do Conselho Nacional da Educação nº 003/2004 (BRASIL, 2004):

a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004).

A escola sendo um dos principais espaços de transmissão do conhecimento, é o elemento principal para a propagação dos ideais de superação do racismo, visto que, este espaço por muito tempo proliferou ideias preconceituosas em relação à cultura negra e indígena. Agora, deve ser um lugar de acolhimento para os diferentes grupos étnicos fomentando a idealização de uma sociedade democrática e igualitária. Os movimentos negros e indígenas resistiram e trabalharam por anos para alcançar a aprovação das Leis Federais e a implementação do estudo de tais temáticas nas redes de ensino, todavia, muitas

instituições não desempenham o que foi determinado, pela falta de formação específica dos professores para ministrar a temática em aula.

A presença das questões raciais na educação é fundamental para o processo de ensino aprendizagem não somente na geografia, mas em outras disciplinas que fazem parte do currículo escolar. Nesse sentido, os desafios para o ensino de geografia enquanto ciência, não resume-se apenas ao método de realizar a difusão do conhecimento científico, mas também de outros procedimentos essenciais no processo de formação humana, tais como seus espaços de socialização e interação com o meio vivido. Nesse sentido, Santos (2009) diz sobre o ensino das relações étnico-raciais na geografia que:

[...] se acreditarmos que a raça é um elemento que regula as relações sociais, de alguma forma suas manifestações estão imbricadas na Geografia, e por isso seu ensino deve atentar para tal fato social sem suas múltiplas espacialidades. [...] uma reflexão acerca da inserção da temática racial no ensino de Geografia torna forçoso, portanto, uma reflexão acerca do(s) sentido(s) de aprender/ensinar Geografia, pois é o sentido, enquanto manifestações de visões de mundo e de projetos societários, que orienta a práxis, é ele que vai definir a forma como tal temática é (ou não) abordada. (SANTOS, 2009, p. 25)

Em torno das Relações Étnico-Raciais no Brasil existe muita complexidade, e no âmbito escolar isso não é diferente. As políticas públicas decretadas pelas Leis 10639/03 e 11645/08 estabeleceram condições para que o preconceito racial possa ser solucionado nas escolas e na sociedade, porém, as dificuldades não se resumem apenas à falta de políticas públicas. Silva e Araújo (2011), dizem que trata-se de um projeto de uma sociedade que ainda se faz dominante e tenta apagar as diferenças étnico-raciais e demonizar culturas, conhecimentos e tecnologias não-europeias.

A disciplina de geografia, entre outras atribuições, possui o papel de estudar as ações do homem e sua relação com a natureza e nesse sentido, a disciplina contribui para desfragmentar o estereótipo nocivo, conferido erroneamente ao negro e ao continente africano, através de reflexões que auxiliem na construção de um pensamento crítico, possibilitando ao cidadão se posicionar, frente às desigualdades raciais e/ou racismo, construindo sua própria visão do mundo. (SILVA, 2018)

Dessa forma, o livro didático é compreendido como um componente norteador das práticas pedagógicas dos professores, e em alguns casos a única

fonte de conhecimento das escolas públicas brasileiras. Segundo Silva (2001):

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas (SILVA, 2001).

Assim sendo, é papel do professor articular processos de desconstrução da imagem negativa em que o negro é exposto nos livros didáticos. Pois, compreende-se que a geografia é uma disciplina capaz de apresentar as inúmeras faces do mundo e as diversas formas que os alunos podem se posicionar, pois entender sua função e importância nesse processo é a base fundamental para desconstruir uma sociedade disciplinada em preconceitos raciais.

3 A PRESENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

O livro didático é um instrumento de ensino fundamental, principalmente nas escolas públicas, pois, juntamente às dinâmicas aplicadas pelos professores, tem a responsabilidade de construir cidadãos com pensamentos críticos, sem preconceitos e que promovam a igualdade racial e social. Contudo, quando apresenta em seu conteúdo, imagens e textos de negros inferiorizados, na maioria das vezes relacionados a doenças, pobreza, escravidão entre outras, diminuindo sua importância no contexto social, pode lesar o aprendizado de crianças brancas e a construção da identidade de uma criança negra.

Antes da Lei 10.639/03 averiguar como estava sendo tratado o continente africano nos livros, observava-se que as representações do negro presentes no livro mostravam que essa população estava sendo apresentada em posição subalternas, colocados como desempregados e com aspectos negativos, associando com a miséria, violência, fome, pobreza, doenças – AIDS principalmente –, devido ao conhecimento eurocentrado que eram colocados na educação. para Silva (2001):

No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas, protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a auto estima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural. (SILVA, 2001, p. 65-66)

Apesar da Lei se referir, de antemão, ao tratamento de conteúdos relacionados às disciplinas de História, Artes e Português, a Geografia, enquanto disciplina escolar, tem um papel crucial no tratamento das temáticas referentes às africanidades, a população negra e o continente africano, na medida em que oferece oportunidades ao professor condições de rever práticas e posturas, conceitos e paradigmas na construção de uma educação antirracista que preze a diversidade e a igualdade racial.

A partir dessa questão, será apresentado neste capítulo um estudo a respeito de quatro Livros Didáticos de Geografia do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, buscando avaliar, se após a implementação da lei, houve mudanças no modo como a população negra é retratada no Livro de Geografia e,

também, analisar se o que está sendo abordado contempla a proposta da Lei, observando os conteúdos visuais, conteúdos e a linguagem empregada para representar nestes materiais. Os livros utilizados para a realização da análise são da coleção "Trilhas" e foram publicados pela editora FTD em 2018.

3.1 LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA COLEÇÃO “TRILHAS” - 6º ANO

A coleção Trilhas do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, possui quatro volumes. O livro didático do 6º ano da coleção possui trezentos e oitenta e três páginas e está dividido em oito capítulos em quatro módulos. Os conteúdos estão organizados da seguinte forma:

Quadro 1 – Conteúdo do Livro do 6º ano.

| CAPÍTULO/MÓDULO | CONTEÚDO |
|------------------------|--|
| 01 | Terra: forma e movimentos |
| 02 | Diferentes maneiras de representar a Terra |
| 03 | O relevo, as águas e as paisagens terrestres |
| 04 | Clima, vegetação e as paisagens terrestres |
| 05 | Os lugares e as paisagens |
| 06 | A sociedade, a natureza e as paisagens |
| 07 | As atividades econômicas e os recursos naturais |
| 08 | A sociedade, a natureza e as questões ambientais |

Fonte: Livro Didático do 6º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Neste livro, não são apresentados conteúdos específicos no que se trata das Relações étnico-raciais e a primeira imagem e/ou menção às pessoas negras só aparece no capítulo quatro, na página 369. Abordando o conteúdo “Sociedade e clima”, é exibida uma foto de pessoas negras buscando água em uma fonte coletiva na Guiné-Bissau (Figura 1), – buscando fazer uma comparação com climas de outros países que também estão representados em fotos –, e apresenta o Mali, país africano, de maneira estereotipada atrelando a este país apenas moradias feitas de barro para a população. É fato que o capítulo em questão aborda o clima nos diversos lugares do mundo e a sociedade nesse contexto, mas é importante perceber como na primeira imagem de pessoas negras, elas já são retratadas em situação precária.

Já no capítulo cinco, que trata dos “diferentes lugares do mundo” são exibidas fotos do Rio Ganges, na Índia, e dos Massais (Figura 2), povo nômade

que vive no Quênia e no norte da Tanzânia com uma população total de oitocentos e quarenta e um e seiscentos e vinte e dois mil. Mais uma vez a população negra é retratada de maneira um tanto quanto “teatral” e precária, permitindo que os estudantes assimilem a imagem de pessoas negras à pobreza e ao desconhecido, visto que tendo como exemplo os Massais, nada de sua história é apresentado.

Figura 1 – Pessoas buscando água em fonte coletiva
 Figura 2 – Massais e parte de sua criação de gado no Quênia



Fonte: Coleção “Trilhas”- 6º Ano (2018, p. 329 e 369)

Assim como nos capítulos quatro e cinco, no capítulo sete que aborda “o trabalho e a transformação das paisagens”, mais uma vez a população negra aparece em situação de precariedade. Falando sobre agricultura e pecuária, uma mulher negra aparece trabalhando em uma colheita de chá numa propriedade rural no Quênia (Figura 3). Não é segredo a existência de empresários do ramo da agricultura e pecuária que sejam negros, segundo artigo publicado pela Carta Capital (2019), no Brasil por exemplo, produtores rurais negros são maioria, mesmo que com as menores propriedades. Mas, a foto escolhida para tratar tal tema é essa, que mais uma vez associa pessoas negras a posições insatisfatórias.

Figura 3 – Mulher negra em colheita de chá no Quênia



Fonte: Coleção “Trilhas”- 6º Ano (2018, p. 333)

Através dos elementos analisados neste primeiro livro, foi possível observar a seguinte comparação:

Quadro 2 – Análise comparativa de imagens.

| | |
|-----------------------------|----|
| Negros em situação positiva | 00 |
| Negros em situação negativa | 03 |
| Branco em situação positiva | 13 |
| Branco em situação negativa | 00 |
| Paisagens | 00 |

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 6º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Organizadora: FRANÇA, 2022.

Percebeu-se que nos capítulos do primeiro livro, constam apenas 3 imagens de pessoas negras e todas elas em situação negativa, sendo necessário uma revisão para que não haja uma discriminação racial latente. As pessoas brancas em situação positiva foram representadas em 13 imagens – em exemplo está a Figura 4 –, constantemente sendo apresentados em posição superior aos negros e nenhuma imagem com brancos em situação negativa. Assim como não há também imagens de paisagens do continente africano.

Figura 4 – Homem trabalhando em maquinário em plantação.



Fonte: Coleção "Trilhas" - 6º Ano (2018, p. 358)

3.2 LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA COLEÇÃO “TRILHAS” - 7º ANO

O livro didático do 7º ano da coleção possui trezentos e oitenta e quatro páginas e está dividido em dez capítulos em quatro módulos. Os conteúdos estão organizados da seguinte forma:

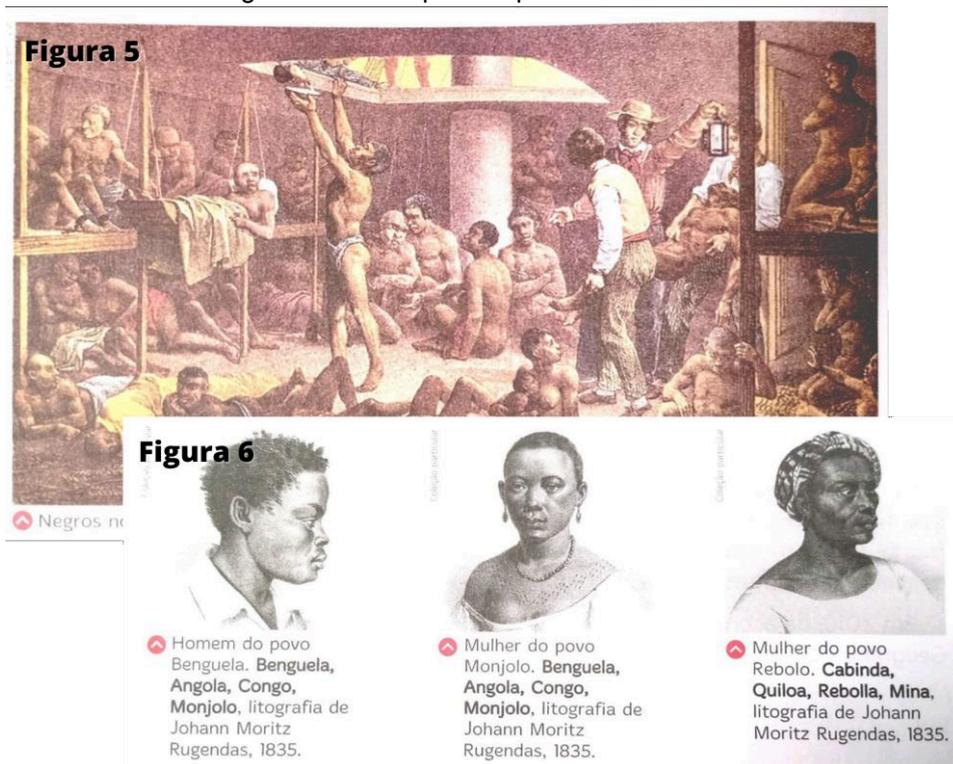
Quadro 3 – Conteúdo do Livro do 7º ano.

| CAPÍTULO/MÓDULO | CONTEÚDO |
|------------------------|--|
| 01 | População brasileira |
| 02 | Dinâmica e características socioeconômicas da população brasileira |
| 03 | Território brasileiro |
| 04 | O campo e a cidade no Brasil |
| 05 | Diversidade natural e regiões do Brasil |
| 06 | Região Norte |
| 07 | Região Centro-Oeste |
| 08 | Região Nordeste |
| 09 | Região Sudeste |
| 10 | Região Sul |

Fonte: Livro Didático do 7º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

O conteúdo de geografia presente neste livro apresenta questões mais humanísticas e sociológicas, tendendo a aproximar-se em alguma instância do conteúdo étnico-racial. No primeiro capítulo é abordada a “formação do povo brasileiro”, onde são explicados as origens étnicas da população e suas características. Da página 329 a 341 são apresentados grupos que fizeram parte da construção do país, entre eles os povos indígenas, africanos escravizados, e europeus. Sobre os povos africanos, é contada a história e as condições de sua chegada ao Brasil, como visto na Figura 5, e nomeia alguns desses grupos como os Rebolos, Monjolos e Benguelas (Figura 6).

Figura 5 – Africanos escravizados no porão de um navio.
 Figura 6 – Exemplos de povos africanos.



Fonte: Coleção “Trilhas”- 7º Ano (2018, p. 330)

Apesar de haver um conteúdo que conta da maneira correta a história da população negra brasileira e suas origens, o livro conta ainda com imagens que associam o negro à pobreza. Ainda no mesmo capítulo quando abordado o tema “a desigual distribuição da renda no Brasil” apenas imagens de pessoas negras com trabalhos informais são perpassadas (Figura 7 e 8). É notório que a pobreza no Brasil tem cor, mas ainda assim é necessário que se faça um recorte. Os brancos pobres também são vítimas da distribuição desigual de renda existente no país, mas quando trata-se de representar tal desigualdade só um sujeito é usado como exemplo: o negro.

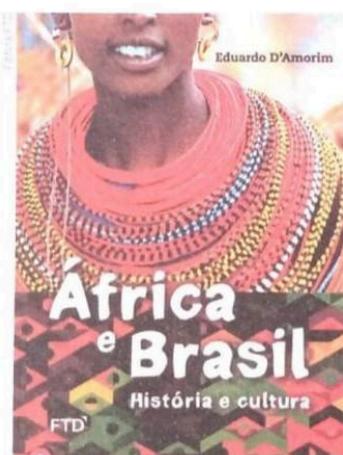
Figura 7 – Homens vendendo doces em um semáforo.
 Figura 8 – Criança vendendo doces entre carros em uma avenida.



Fonte: Coleção “Trilhas”- 7º Ano (2018, p.371 e 373)

Por fim, um material paradidático é indicado como apoio ao conteúdo abordado no capítulo. Na imagem do livro indicado é possível ver o rosto de uma mulher negra possivelmente ligada a algum grupo étnico africano, mas o texto que o apresenta é o “suco” do estereótipo criado pelo eurocentrismo, quando diz que “mesmo diante de tanto sofrimento” o continente pôde contribuir para o enriquecimento cultural de nosso país. São nesses momentos em que uma formação inicial dos professores que conte com uma educação das relações étnico- raciais se faz importante, pois seria papel do professor desmistificar essa ideia de um continente africano dependente do resto do mundo.

Figura 9 – Livro “África e Brasil História e Cultura”



África e Brasil: história e cultura, de Eduardo D'Amorim. Editora FTD.

A importância africana

- Muitos povos contribuíram com a formação da população brasileira, e, sem dúvida, os africanos foram um dos mais importantes. Com o livro **África e Brasil: história e cultura**, você vai embarcar em uma viagem por esse continente e conhecer a história dos povos africanos que, mesmo diante de tanto sofrimento, contribuíram muito para o enriquecimento cultural de nosso país.

Fonte: Coleção “Trilhas”- 7º Ano (2018, p. 378)

Quadro 4 – Análise comparativa de imagens.

| | |
|-----------------------------|----|
| Negros em situação positiva | 07 |
| Negros em situação negativa | 05 |
| Branco em situação positiva | 15 |
| Branco em situação negativa | 01 |
| Paisagens | 01 |

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 7º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Organizadora: FRANÇA, 2022.

Na análise comparativa das imagens no livro didático do 7º ano, verificou-se que em dez capítulos, cinco imagens estão representando o negro de forma negativa, sete em forma positiva – em exemplo a Figura 10 –, uma imagem de uma paisagem do continente africano, além de uma indicação de material paradidático (Figura 9) que seria um complemento ao estudo quanto a importância dos povos africanos para a formação da população brasileira. Ainda assim, quando comparado à quantidade de imagens de pessoas brancas em situação positiva em relação às pessoas negras nesta mesma posição o número mais que dobra e apenas uma imagem de pessoa branca em posição negativa (Figura 11). Tais resultados mostram que, apesar de o livro atender minimamente ao que pede as Leis 10.639/03 e 11.645/08, ainda há uma representação do negro com uma imagem negativa.

Figura 10 – Mulher negra executiva.
Figura 11 – Homem em aparente situação de rua.



Fonte: Coleção “Trilhas”- 7º Ano (2018, p. 345 e 382)

3.3 LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA COLEÇÃO “TRILHAS” - 8º ANO

O livro didático do 8º ano possui quatrocentos e trinta e duas páginas e está dividido em oito capítulos em quatro módulos. Os conteúdos estão organizados da seguinte forma:

Quadro 5 – Conteúdo do Livro do 8º ano.

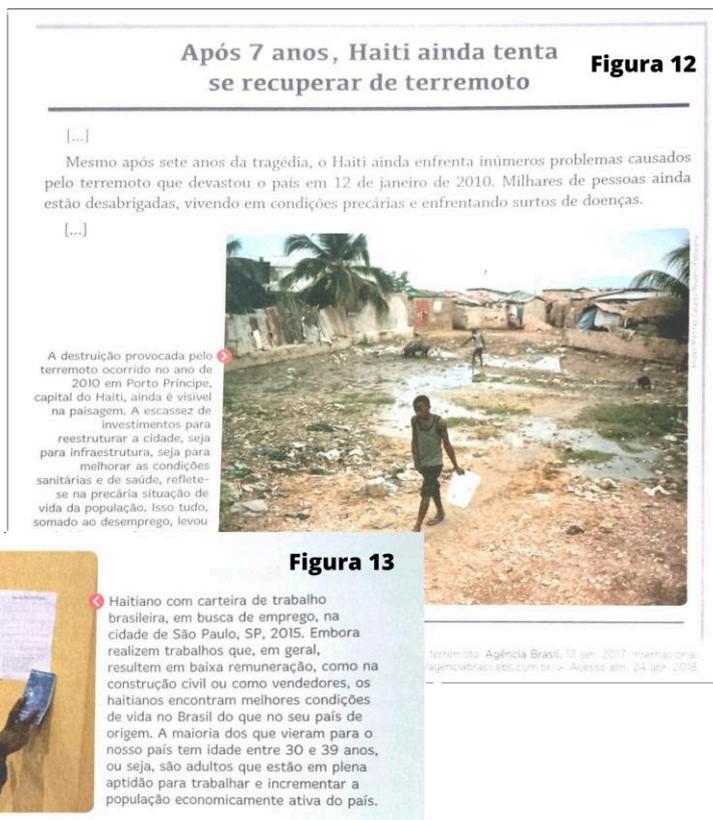
| CAPÍTULO/MÓDULO | CONTEÚDO |
|-----------------|--|
| 01 | A dinâmica da natureza e as paisagens terrestres |
| 02 | A sociedade e a construção do espaço geográfico |
| 03 | Povo, cultura e nação |
| 04 | Desigualdade no mundo atual |
| 05 | América Latina |
| 06 | América Anglo-Saxônica |
| 07 | África: diversidade e contrastes |
| 08 | África: economia e meio ambiente |

Fonte: Livro Didático do 8º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Nesse material, destaca-se a representatividade do negro e do continente africano em ao menos dois capítulos, mas ainda nas primeiras páginas também é possível observar a presença de pessoas negras em imagens. No primeiro capítulo, quando abordado o tema “mobilidade da população mundial e fatores de imigração”, são apontados fatores atrativos e repulsivos de imigração de estrangeiros para o Brasil ou brasileiros para o exterior. Nos fatores atrativos há uma notícia sobre como o Japão atrai imigrantes brasileiros por medidas econômicas do país, já no Brasil, são utilizadas imagens de jovens haitianos, um residente no Haiti convivendo ainda com os estragos do terremoto que seu país foi acometido (Figura 12) e outro imigrante no país em busca de um emprego na cidade de São Paulo (Figura 13).

Figura 12 – Jovem caminha por rua no Haiti.

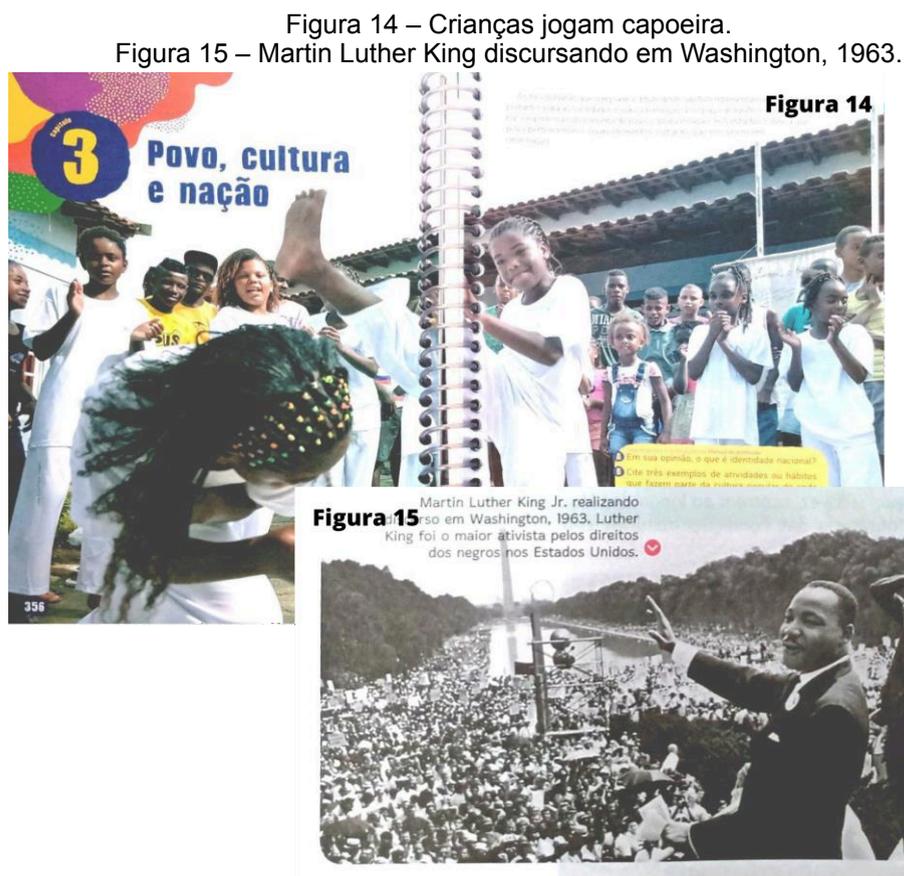
Figura 13 – Imigrante haitiano com carteira de trabalho brasileira em busca de emprego em São Paulo.



Fonte: Coleção “Trilhas” - 8º Ano (2018, p. 420 e 422)

No terceiro capítulo, intitulado “povo, cultura e nação” (Figura 14), são abordados elementos importantes para as sociedades e para a formação do espaço geográfico. O capítulo apresenta-se como um capítulo introdutório aos capítulos seguintes de África, mas também são abordadas questões socioeconômicas na América Latina e América do Norte.

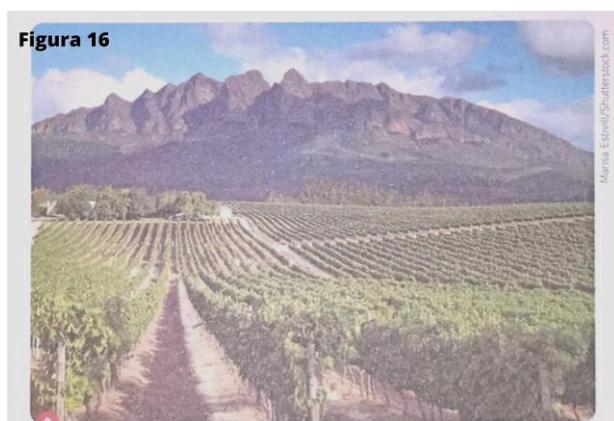
No capítulo seis, falando especificamente sobre o território dos EUA, a questão racial é mencionada citando um pouco da problemática no espaço estadunidense. Martin Luther King (Figura 15) aparece como figura importante na luta pelos direitos civis dos afroamericanos. Tal menção é importante também para que os estudantes ampliem seus conhecimentos quanto às relações étnico-raciais. É fato que as Leis prezam pelo ensino de história e cultura afrobrasileira, mas para que se tenha uma compreensão total desse assunto, por vezes é necessário que os estudantes saiam da sua “zona de conforto”. As questões raciais no Brasil e nos EUA nascem do mesmo lugar: a escravização como base para fundação de ambas nações, mas os dois países possuem problemáticas diferentes quanto ao trato dessas questões e tais diferenças devem ser apontadas pelos professores.



Fonte: Coleção “Trilhas”- 7º Ano (2018, p. 357 e 403)

Nos capítulos 6 e 7, dedicados ao continente africano, é evidente como há uma maior propagação de conteúdos positivos. O continente é apresentado como um território repleto de contrastes, diversidade étnicas e riquezas naturais. Agora quase todas as imagens são de belas paisagens de diferentes países africanos, longe de toda estereotipação e fetichização da pobreza vista nos outros livros. Há menção também ao avanço do desenvolvimento econômico no continente, tendo como exemplo Botsuana, país que apresenta baixos índices de corrupção, eficientes políticas públicas de saúde direcionadas ao tratamento de pessoas portadoras do vírus HIV e com o índice de desenvolvimento humano (IDH) parecido com o do Brasil.

Figura 16 – Lavoura na África do Sul
 Figura 17 – Cidade de Gaborone em Botsuana



Fonte: Coleção “Trilhas”- 8º Ano (2018, p. 387 e 400)

Quadro 6 – Análise comparativa de imagens.

| | |
|-----------------------------|----|
| Negros em situação positiva | 08 |
| Negros em situação negativa | 07 |
| Branco em situação positiva | 06 |
| Branco em situação negativa | 00 |
| Paisagens | 14 |

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 8º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Organizadora: FRANÇA, 2022.

Na análise comparativa das imagens no livro didático do 8º ano, percebeu-se que em oito capítulos, sete imagens estão representando o negro de forma negativa, oito em forma positiva e quatorze imagens de paisagens do continente africano. Quando comparado às imagens de pessoas brancas, percebe-se que ao menos nesse livro há uma maior propagação de conteúdo positivo relativo a população negra – em exemplo as Figuras 18 e 19 –, isso muito se dá ao fato do livro contar com dois capítulos exclusivos para o continente africano. De fato, pessoas negras ainda aparecem mais em situações negativas que às pessoas brancas, mas todo o conteúdo perpassado referente a África neste material vai de acordo à Lei 10639/03.

Dessa forma, é perceptível que o ensino de Geografia é capaz de

desestruturar aspectos eurocêntricos e negativos que são ligados aos negros, estando apto em formar cidadãos críticos com diferentes visões de mundo, e que contribuam com o combate e propagação do racismo, em vista disso é importante também, utilizar-se de fontes de recursos didáticos com informações atualizadas, com intenção de ganhar outras perspectivas sobre o conteúdo, garantindo dessa forma, um progresso na qualidade do ensino e na educação brasileira.

Figura 18 – Mulher utilizando caixa eletrônico
Figura 19 – Homem utilizando computador em avaliação de animais



Fonte: Coleção “Trilhas”- 8º Ano (2018, p. 395)

3.4 LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA COLEÇÃO “TRILHAS” - 9º ANO

O livro didático do 9º ano possui quatrocentos e dezesseis páginas e está dividido em nove capítulos em quatro módulos. Os conteúdos estão organizados da seguinte forma:

Quadro 7 – Conteúdo do Livro do 9º ano.

| CAPÍTULO/MÓDULO | CONTEÚDO |
|------------------------|--|
| 01 | A globalização e a integração do espaço geográfico |
| 02 | Sociedade e globalização |
| 03 | Ásia: regionalização e aspectos naturais |
| 04 | Aspectos populacionais e econômicos da Ásia |
| 05 | Oriente Médio: contrastes e questões políticas |
| 06 | Europa Ocidental |
| 07 | Europa Oriental |
| 08 | Oceania e a região polar do Ártico |
| 09 | Questões ambientais |

Fonte: Livro Didático do 9º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Esse material é o que menos apresenta conteúdo pertinente à temática das relações étnico-raciais, seja em imagens ou conteúdo escrito. As únicas imagens de pessoas negras aparecem quando o tema “dinâmica populacional e globalização” é citado, quando são apontados os tipos de migrações, especificamente a migração de refugiados. Sobre refugiados ambientais, mais uma vez o Haiti é utilizado como exemplo. A população do país é identificada como precária e dependente de ajuda humanitária de outros países. O Brasil é citado como um dos países que mais ajudaram o Haiti, seja no envio de tropas militares logo após o terremoto que o atingiu, em 2010, ou na abertura do país aos imigrantes haitianos que buscavam um recomeço no Brasil (Figura 20).

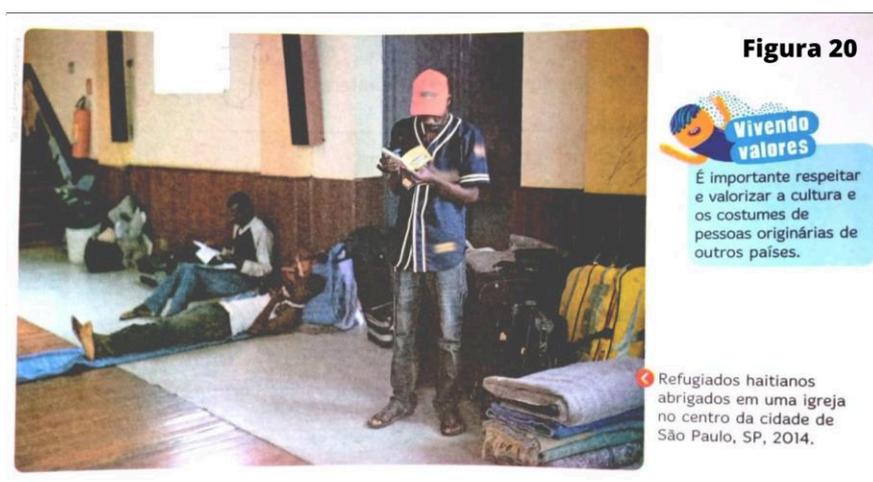
Outro ponto que apresenta a última imagem com a presença de pessoas negras no livro é no tópico “tráfico humano e contrabando de pessoas”. O livro explica a existência do contrabando de pessoas, utilizado para transportar

inúmeros grupos de pessoas em migrações clandestinas. Como visto na Figura 21, muitas pessoas se arriscam em travessias que na maioria das vezes envolvem a utilização de meios de transportes precários e ilegais, como embarcações lotadas entre o norte da África e alguns países europeus, ou longos dias de caminhadas em regiões de deserto entre o México e o Estados Unidos.

É de conhecimento popular a existência de migrações existentes em países europeus por causa de conflitos internos nesse bloco, mas nesse livro, os autores preferiram usar a clássica foto de africanos amontoados em embarcações fugindo da “miserável África”. A impressão que o livro perpassa com tais imagens, é que conflitos e desastres naturais só acontecem em países africanos ou de maioria negra de outras partes do globo, e dessa forma, é difícil desvincular a imagem do negro do negativo.

Figura 20 – Refugiados haitianos na cidade de São Paulo

Figura 21 – Bote superlotado de imigrantes africanos encontrado perto da costa da Líbia



Fonte: Coleção “Trilhas”- 8º Ano (2018, p. 395 e 399)

Quadro 8 – Análise comparativa de imagens.

| | |
|-----------------------------|----|
| Negros em situação positiva | 00 |
|-----------------------------|----|

| | |
|-----------------------------|----|
| Negros em situação negativa | 02 |
| Branco em situação positiva | 13 |
| Branco em situação negativa | 04 |
| Paisagens | 00 |

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 9º ano Coleção “Trilhas”, 2018.

Organizadora: FRANÇA, 2022.

Na análise comparativa das imagens no livro didático do 9º ano, percebeu-se que em nove capítulos não há imagens de paisagens do continente africano ou de negros em situação positiva e as únicas imagens dessa população são de maneira negativa, criando ainda mais estereotipação sobre esse grupo étnico. É importante salientar, ainda, que há 13 imagens de pessoas brancas em situação positiva e 4 em situação negativa, como é possível observar nas Figuras 22 e 23, respectivamente. Não foi possível observar pessoas negras em situações normais do cotidiano, como trabalhando, estudando, se divertindo e tais constatações só confirmam que ainda há muito a ser feito para que as Leis 10639/03 e 11645/08 verdadeiramente se concretizem na educação brasileira.

Figura 22 – Homem na pista de embarque de avião.
Figura 23 – Protesto contra a xenofobia na Espanha.



Fonte: Coleção “Trilhas”- 9º Ano (2018, p. 364 e 410)

Em todos os livros que foram analisados neste trabalho, as relações étnico-raciais parecem ser citadas apenas em conteúdos muito específicos, como quando abordados as dinâmicas e territorialidades no espaço do continente africano ou na explanação da construção da sociedade brasileira. Não há qualquer menção a figuras negras importantes na própria construção do Brasil, conflitos existentes que de alguma forma foram responsáveis pela abolição da escravidão, e tampouco a atual situação da questão racial no país. Materiais didáticos como esse, servem para perpetuar o mito da democracia racial que segundo Gomes (2005), pressupõe a existência e uma igualdade de direito e oportunidades entre negros e brancos e entre negras e brancas na sociedade brasileira. Para grande parte da sociedade do país, não existe racismo no Brasil, e a problemática desse discurso está justamente em fingir que esses problemas não existem para que não sejam tratados e uma parte da sociedade continue a se beneficiar deles. O que aparenta estar presente em todos os materiais analisados, com ressalva de dois capítulos que trataram diretamente dessas questões, é a existência de uma invisibilidade provocada ao negro. Essa invisibilidade acometida nesse material tão importante no contexto escolar, contribui para um cotidiano prejudicial à população negra, pois influencia diretamente na formação de uma identidade distorcida, pautada por uma negação de si e de seu semelhante, refletindo, muitas das vezes, na trajetória escolar destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das páginas foi possível observar a presença de pessoas brancas em diversas situações do dia-a-dia: trabalhando, estudando ou se divertindo, mas não há pessoas negras nessas posições. O negro só aparece em situações específicas, quando tratados assuntos como: HIV, fome, imigração, desigualdade social; ou ainda de maneira estereotipada quando abordado o tema “continente africano”. A impressão que fica, feita a pesquisa nessas bibliografias, é que não há representação para o negro que corrobore para uma educação antirracista, muito pelo contrário, há uma manutenção de narrativa que exclui a população negra e exalta uma sociedade pautada em um eurocentrismo historicamente racista, colocando negros em posições subalternas e de espetacularização e brancos como cidadãos trabalhadores, de família e com boa educação.

É evidente que as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 são marcos das lutas dos Movimentos Negro e Indígena que buscam combater o racismo no ambiente escolar e uma efetivação da igualdade étnico-racial, produzindo uma educação antirracista que aprimora a qualidade de ensino e a disposição dos alunos para a prática da cidadania, mas é importante que os professores de geografia reconsiderem suas práticas pedagógicas e introduzam as Leis Federais no ensino de geografia, mesmo que os livros didáticos tratem o assunto de forma restrita.

Compreendendo a geografia como uma ciência que debate sobre a multiplicidade das regiões, os contrastes no espaço urbano, a variedade da população e a potencialidade do meio ambiente, entende-se esta disciplina como um importante pilar no âmbito educacional, onde cabe a ela a incumbência de perpassar a pluralidade existente em nossa sociedade, buscando expor as desigualdades e exclusões presentes no povo, tornando assim, mais evidente aos alunos as características dos diversos grupos étnicos e culturais. A geografia é a ciência do território, e o território é um excelente instrumento de análise do que está ocorrendo no espaço geográfico como um todo (ANJOS, 2005, p. 167). A geografia e as relações étnico-raciais dividem um papel importante para o progresso da prática da cidadania a partir do meio espacial, investigando e interpretando as particularidades da práxis social, tendo como exemplo os

aspectos geográficos do continente africano e sua correlação com a formação do território brasileiro:

Na Geografia, os estudos dos espaços físicos e dos espaços humanos que a partir dele vão-se construindo requerem que se tenha como referência trabalhos de Milton Santos, entre outros, *O Espaço do Cidadão* (1990) e *A Natureza do Espaço* (1996), pois este autor estuda a Geografia do ponto de vista dos empobrecidos e marginalizados e, no caso do Brasil, a maioria dos descendentes de africanos se encontram entre eles. (MUNANGA, 2005, p. 164)

É de extrema importância que as relações étnico-raciais sejam incorporadas definitivamente e de maneira coerente ao ensino de geografia, pois juntas podem articular a solidificação da democracia racial no país, assim como promover e compreender o enfrentamento feito pelos movimentos sociais que buscam equidade. O professor de geografia pode introduzir a temática étnico-racial a partir de alicerces temáticos que valorizem a multiculturalidade, descubram aspectos da criação e organização do espaço, conversem sobre o tráfico e escravização de povos africanos e dos outros grupos étnicos, e a história e antropologia dos povos indígenas brasileiros, deste modo, fazendo-se compreender melhor a história, a cultura e a incorporação de negros e indígenas na sociedade brasileira.

Os desafios para o ensino de geografia não ficam apenas na proposta de transmissão do conhecimento científico, mas também na transmissão de outros procedimentos fundamentais no processo de formação humana, como os espaços de socialização e interação com o meio vivido. Nesse caso, Santos (2009) discute que o ensino das relações étnico-raciais na geografia:

[...] se acreditarmos que a raça é um elemento que regula as relações sociais, de alguma forma suas manifestações estão imbricadas na Geografia, e por isso seu ensino deve atentar para tal fato social sem suas múltiplas espacialidades. [...] uma reflexão acerca da inserção da temática racial no ensino de Geografia torna forçoso, portanto, uma reflexão acerca do(s) sentido(s) de aprender/ensinar Geografia, pois é o sentido, enquanto manifestações de visões de mundo e de projetos societários, que orienta a práxis, é ele que vai definir a forma como tal temática é (ou não) abordada. (SANTOS, 2009, p. 25).

Faz-se necessário, também, que haja uma maior qualificação dos profissionais de educação, e que as universidades preparem professores qualificados para lecionar esse conteúdo em sala de aula, estimulando uma educação antirracista e afastada do eurocentrismo. Souza (2007) diz que os

professores introduzidos num processo de formação inicial, carregam seus valores, conhecimentos, e competências pessoais, profissionais e sociais, por vezes, preconceituosas e estereotipadas. Portanto, é imprescindível que ocorra uma modificação dos currículos e programas dos cursos de licenciatura de modo que os futuros professores raciocinem de forma diferente e sejam capazes de opor-se contra o preconceito e a discriminação racial. A formação continuada tende a ser uma aliada na formação desses profissionais, com a possibilidade de produção de materiais didático-pedagógicos que debatam o racismo e a discriminação, preparando-os para tratar a temática racial e indígena em sala de aula no combate a intolerância étnico-racial.

Já sobre os processos de transmissão dos conhecimentos científicos, o professor terá de recorrer a outros instrumentos educacionais para além do Livro Didático para que se tenha uma maior compreensão do conteúdo apresentado. A título de exemplo, além dos materiais paradidáticos já citados aqui, está a produção de mapas que contextualizam o território de formação e ocupação dos africanos e indígenas, a partir das aulas Geografia Africana e Geografia do Brasil. Dessa forma, é esperado que haja uma maior compreensão tanto das temáticas étnico-raciais quanto da parte geográfica dos conteúdos propostos para as séries pela BNCC.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. L. de C. do.; KEHLER, G. dos S.; FERREIRA, L. S. Implicações da gestão escolar democrática no trabalho dos professores. In: LARA, A. M. de B.; DEITOS, R. A. (Org.) **Políticas educacionais: um exame de proposições e reformas**. Cascavel: Unioeste, 2012. p. 263-290.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.173-184.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; VAL, Maria da Graça Costa (Orgs.). **Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 de jan. 1939. Disponível em:<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-50741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun.2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945**. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 de dez. de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2022

BRASIL. **Lei 10.639/2003, 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 17 de dez. de 2021.

BRASIL. **Lei 11.645/2008, 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 17 de dez. de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura**

Afro-Brasileira e Africana. **Parecer nº 3**, de 10 de março de 2004. Brasília, MEC, 2004

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnorraciais**. Brasília, MEC/SECAD, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5º a 8º série do Ensino Fundamental – Pluralidade Cultural**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEM.1998

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O livro didático como assistência ao estudante**. In: Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.9, n.26, p.119-130, jan/abr. 2009.

EDITORA FTD. Issuu, São Paulo. Disponível em <<https://issuu.com/editoraftd>>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

FERRACINI, Rosemberg. A África nos livros didáticos de 1890 a 2004. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2010.

FREITAG, et.al. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INPEP, 1987

FURLAN, Sueli Ângelo. **Geografia na sala de aula: a importância dos materiais didáticos**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação e Anti-racismo: Caminhos Abertos Pela Lei Federal Nº 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-63.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. In: FONSECA, M. V. et al. (Orgs). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2011.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina,

v. 13, n. 02, p. 33-54, jul./dez. 2013.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para a discussão quanto a implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.21, n.70, abr.2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.p.163.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. **A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor**. Revista Acadêmica, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1237.pdf>>. Acesso em: 17 set 2022.

MARQUES, Eugenia Portela S; CALDERONI, Valeria Aparecida M. de Oliveira. **Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar**. Catalão-GO, v. 16, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2016.

MARTINS, A. B; PUREZA, M. G. B. **O ensino de geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v.24, e18, 1-31, 2020.

MULLER, Maria Lúcia R. Formação de professores e perspectivas para a implantação da lei 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena Viana. (Org). **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro, Editora Rovellet, 2009.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed., 204.

OLIVEIRA, A. **A representação do negro no livro didático de Geografia do 8º ano do Ensino Fundamental**. Monografia - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto. **A política do livro didático**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Summus Editorial, 1984.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Trad. de Celina Olga de Souza: São Paulo, 2005. RANGEL, Mary. **Dinâmica de leitura para sala de aula**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Produtores rurais negros são maioria, mas têm as menores propriedades. Carta Capital, São Paulo, 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/produtores-rurais-negros-sao-maioria-m>

[as-tem-as- menores-propriedades/](#). Acesso em: 1 de outubro de 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato E. dos. (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. 2ª edi. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009, p. 21-40.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. IN: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 46 Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

SCHAFFER, Neiva Otero. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro, texto in CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org) et al. **Geografia em sala de aula: Práticas e reflexões**. 2. ed. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático in Superando o Racismo na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, H. C. **Análise dos Livros didáticos de Geografia e a representatividade étnico- racial após 130 anos de abolição**. Uberlândia. v.9, e15, 105-120, 2018.

SILVA, Lair Miguel da; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **Livros didáticos de Geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental**. Revista online Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 15, n. 52, p. 173-185, dez. 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender e ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, P. V. B.; ARAÚJO, D. C. **Educação em Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial**. Linhas Críticas (UnB), v. 17, p. 483-505, 2011.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, 2007.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Relações raciais no ensino superior: experiências de ensino/aprendizagem e pesquisa**. In: SOUZA, Maria Elena Viana. (Org). **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro, Editora Rovelte, 2009. p. 63- 87.